



PRESSUPOSTOS BÁSICOS PARA UM PROJETO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

(1) Aretuza Candeia de Melo; (2) Aristeia Candeia de Melo

- (1) Doutora em Recursos Naturais pelo Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais do Centro de Tecnologia e Recursos Naturais (CTRN) da Universidade Federal de Campina Grande/PB. Mestre em Teoria da Região e Regionalização pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – Recife/PE. Graduada em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos/PB. Professora Titular do Centro de Educação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - Campus I - Campina Grande/PB. E-mail: tuzacm@gmail.com / tuzacm@educ.uepb.edu.br
- (2) Mestre em Gestão Educacional pela Universidade Internacional de Lisboa / Fundação Francisco Mascarenhas. Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos-PB. Professora das Faculdades Integradas de Patos-PB, lecionando nos Cursos de Enfermagem, Biomedicina, Radiologia e Pedagogia. Tutora do Curso de Bacharelado em Enfermagem. E-mail: aristeiamelo@ig.com.br

Resumo – Atualmente vem se contatando com a institucionalização e oficialização dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) instituídos a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional- LDB, a deficiência de conhecimento e o despreparo de alunos, pais de alunos, professores e gestores sobre a sexualidade, evidenciando a dificuldade de se abordar, com naturalidade, questões dessa natureza no cotidiano escolar. Este trabalho de embasamento teórico teve objetivo analisar os pressupostos básicos para um projeto de orientação sexual na escola, enfocando o papel da família e escola; o saber por que a orientação sexual é tão importante na escola?; bem como a implantação da orientação sexual na escola. Neste sentido, as propostas pedagógicas vêm sendo reformuladas e a Orientação Sexual introduzida, com o objetivo de estimular a reflexão dos educadores acerca do seu papel quanto às questões sexuais, dos pais em relação à educação dada em casa e dos alunos, quanto a sua inexperiência e curiosidade. Discutir sexualidade na escola tornou-se fundamental para que os educandos se sintam mais seguros e confiantes em suas vivências a partir do confronto de ideias e troca de experiências.

Palavras chave – PCN, sexualidade, escolar, orientação, sexual.

Abstract - Currently has been contacting the institutionalization and formalization of the National Curriculum Parameters (PCN) introduced since the promulgation of the Guidelines and Nacional- Based Education Law LDB, the deficiency of knowledge and the lack of preparation of students, parents, students, and teachers managers about sexuality, highlighting the difficulty of addressing, naturally, questions of this nature in everyday school life. This theoretical basis of work was to analyze the basic assumptions for sexual orientation project at school, focusing on the role of family and school; the know that sexual orientation is as important in school ?; as well as the implementation of sexual orientation in school. In this sense, the educational proposals have been reformulated and Sexual Orientation introduced in order to stimulate reflection of teachers about their role in matters of sexual issues, the parents regarding the education given at home and students, as his inexperience and curiosity. Discussing sexuality in school has become essential for the students to feel more secure and confident in your experiences from the ideas of confrontation and exchange of experiences.

Keywords - PCN, sexuality, school, guidance, sexual.

Introdução

Nos últimos anos, a discussão em torno da sexualidade na escola foi retomada de forma mais intensa, em função da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Esses, os PCN, são os fundamentos subsidiários à organização curricular da educação básica no



Brasil, instituídos a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional-LDB, sancionada em vinte de dezembro de mil novecentos e noventa e seis.

Os PCN abordam a questão da sexualidade nos chamados temas transversais, que se constituem como conteúdos de valor formativo que perpassam as disciplinas curriculares de maneira a articular entre si conteúdos trabalhados a partir do currículo escolar. Nas melhores medidas a intenção é que esses temas se transformem no núcleo das áreas temáticas das disciplinas, fazendo com que os programas de estudos tenham como princípios fundamentais a contemplação de macros objetivos sociais de cidadania.

Este trabalho teve como objetivo geral promover uma análise teórica com base nos pressupostos básicos para um projeto de orientação sexual na escola, tais como a o papel de cada agente na orientação sexual como a família e a escola; saber por que a orientação sexual é tão importante na escola?; bem como são as melhores formas de implantação da orientação sexual na escola. A fim de saber de estas estão preparados para inserir nos seus currículos os programas de Orientação Sexual, nos moldes estabelecidos pelos PCN, nos níveis de 5ª a 8ª Séries do Ensino Fundamental II, de acordo com a LDB.

Metodologia

Quanto ao cunho metodológico é importante registrar que os temas transversais, não tem como proposta inicial transformarem em disciplinas e sim colaborar para que estas tenham um desempenho mais voltado para a formação integral do homem.

A transversalidade do tema da sexualidade está principalmente na característica da complexidade e da abrangência do tema. Os referidos parâmetros cita Nunes (2000, p. 65), justificam a transversalidade do que chamam “Orientação Sexual”, pelas ligações transpertinentes dos temas da sexualidade humana com diversas áreas do conhecimento e, por consequência com a prática educativa.

Quanto à forma de trabalho, o texto que trata da questão da transversalidade da sexualidade indica que esta abordagem pedagógica deve acontecer de forma sistemática, simples e direta, no sentido de orientar processualmente a aprendizagem e o desenvolvimento humano nos aspectos psicofísicos, sociocultural, políticos e econômico. Com efeito, os parâmetros destacam duas formas gerais de organização dos trabalhos pedagógicos neste campo: “o trabalho de Orientação Sexual deverá, portanto, se dá de duas formas: dentro da



programação, por meio de conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo e extra programação sempre surgirem questões relacionadas ao tema” (BRASIL/PCN/MEC, 1997, p. 129).

A orientação organizacional proposta no documento (PCN) é que a partir da Quinta série do Ensino Fundamental no currículo, a sugestão dos PCN é de que haja uma aula semanal com um professor disponível para este trabalho (BRASIL/MEC, 1997). Há também a sugestão de que a partir daí os alunos participem da elaboração de um programa para este trabalho através de sugestões de temas e abordagens, num entendimento coletivo para este processo e iniciativa institucional. Este trabalho só será frutífero se à luz da teoria e da ciência. Do contrário poderá se transformar em terapia de grupo, abordagem religiosa ou até mesmo formas de reprodução de preconceitos e concepções de senso comum, entre outros ecléticos e improvisações.

Resultados e Discussão

a) O papel de cada agente na Orientação Sexual

A Orientação Sexual depende de muitos agentes, cada um exercendo um diferente papel no trabalho de uma implantação da Orientação Sexual na escola.

– O papel da família

O papel da família de acordo com Helena Lima (2014), bióloga, mestre em psicologia, é o de nortear valores e critérios.

Muitas vezes pelo Status socioeconômico, mas também pelo fato de apresentar a religião básica, justifica. Afinal, acrescenta para falar em homossexualidade, aborto, incesto, virgindade, valores, critérios morais e religião entram em pauta. É importante, portanto, que a família tenha clareza do que sente e do que espera de seus membros (s/p).

O lar é o melhor lugar para se ensinar sobre a Educação Sexual. O ambiente escolar apresenta muitas características da instituição que na situação escolar tem que ser criadas artificialmente. Infelizmente, muitas famílias, provavelmente a grande maioria delas não o fazem (MATARAZZO, 1998, p. 14).

Enfim, a família deveria dar as orientações acerca do que considera certo e do que considera errado, defini Helena Lima (2014). Ela considera que é muito comum que se veja



um mundo, entre os pais, de dizer o que é certo e o que é errado. “Essa perda de referência prejudica a todos, gerando inseguranças, dois pesos e medidas, sensação geral de injustiça e falta de parâmetros”. Alerta.

– O papel das escolas

Se a educação para a vida familiar vai ser dada de tal modo que correspondam as necessidades da maioria da população jovem, parece que as escolas vão ter que participarem deste processo. Rapazes e moças adolescentes necessitam e desejam explicações para suas dúvidas a respeito da reprodução humana e outras questões afins, e os professores precisam se preparar da melhor forma possível para preencher esta necessidade. É no ambiente escolar que os adolescentes devem encontrar a fundamentação para estarem informados, além do espaço para discussão dos aspectos psicológicos inerentes.

Apoio e compreensão (não demagogia) dos professores e funcionários, espaço para uma vida saudável não apenas em termos de sua sexualidade, visto que de fato, a escola apresenta-se potencialmente, como local privilegiado para trabalhos preventivos, porém, ela somente estará educando em saúde e cidadania, se levar em consideração a realidade do indivíduo, desenvolvendo suas percepções e sensações, orientando-o para comprar e analisar sua realidade refletir sobre ela.

Para tanto, de acordo com Suplicy (1990), a eficácia de um projeto de Orientação Sexual tem sido, portanto, tema de permanente debate. Do ponto de vista da psicóloga, o primeiro passo para qualificar um projeto como eficaz, é preciso que haja objetivos claros a serem alcançados, uma voz que “a eficácia não é parâmetro solto e isento”, define. Portanto, ela propõe que para começar, a escola trace uma metodologia competente para abarcar dois níveis de trabalho, que, a seu ver, são necessários: o biológico/informações e psicológico/atitudes.

b) Por que a Orientação sexual na escola?

A orientação sexual na escola é um dos fatores que contribui para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos. Estes dizem respeito à possibilidade de que homens e mulheres tomem decisões sobre sua fertilidade, saúde reprodutiva e criação de filhos, tendo acesso as informações e aos recursos necessários para implementar suas decisões. Esse exercício depende da urgência de políticas públicas que atendam estes direitos (PCN, 1997, p.293).



- Porque ela não pode fugir de sua responsabilidade;
- Devido à falta de informações dadas pelos pais;
- Para superar medos e preconceitos;
- Para o bem-estar sexual, dos jovens e adolescentes;
- Para ajudar na formação de identidade;
- Para abrir canais de comunicação;
- Porque ajuda a repensar valores.

A orientação sexual, enquanto uma função assumida apenas pela escola não será fecunda. A reflexão a sexualidade na escola deve servir como um espaço de discussão que promova novas reflexões (do por que) no ambiente familiar, e não o silêncio, a omissão. Dessa forma, pais e professores devem responder sobre suas responsabilidades e posicionamentos sobre a sexualidade, de maneira que possam estabelecer para os filhos e alunos, um clima de abertura, através do qual suas dúvidas, inquietações, receios e anseios, acerca da sexualidade, sejam ouvidos e respeitados.

c) A implantação da Orientação Sexual na Escola

Os Parâmetros Curriculares Nacionais que estão inseridos dentro da LDB 1996 obrigam as escolas a incluir em sua grade, como tema transversal, a Orientação Sexual. A lei é pertinente e vem em boa hora, além de ter um texto bem elaborado e cuidadoso, ressaltando o que de mais importante pode ser feito como um trabalho de Orientação Sexual na escola. No entanto, por paradoxal que possa parecer, o que tem mais preocupado os educadores de que lidam com a sexualidade humana é exatamente o fato de a Orientação Sexual humana ter se tornado obrigatória.

Há uma preocupação básica: não há no Brasil qualidade suficiente de educadores para preparados para dar conta desta missão. Será necessário anos para que possam preparados adequadamente. Até lá a o risco de a lei não pegar, como acontece com muitas leis brasileiras, infelizmente.

Há também o risco de algumas escolas fazerem de conta que trabalham com a Orientação Sexual, quando na verdade lidam apenas com questões anatômicas e higiênicas como se isso fosse o suficiente. Outras escolas imaginam, erroneamente, que basta uma ou



outra palestra ministrada por algum especialista e está cumprida a obrigação. A Orientação Sexual na escola é muito mais rica e enriquecedora do que esses limitadíssimos e limitadores trabalhos com a sexualidade (PINTO, 1997).

Por outro lado, a inúmeras escolas que se preparam para implantar o trabalho continuado de Orientação Sexual e é justamente neste ponto, a implantação dos serviços, que muitas dificuldades começaram a surgir. É necessário comentar algumas dessas dificuldades e apontar possíveis saídas para elas.

A primeira questão que se coloca para a escola é que deve ser o responsável pelo trabalho. Há dois caminhos: um, o mais comumente usado, é treinar um professor da própria escola, alguém que tenha um bom contato com os jovens, para que exerça este papel. Como vantagem, esta escolha apresenta o fato de que a pessoa em questão já faz parte do plantel da escola, já conhece e suas políticas educacionais, já tem contato com a maioria dos alunos; como desvantagem, dentre inúmeras outras, está o fato de que esta pessoa com muita probabilidade ficará sobrecarregada e, como se isso não bastasse, demandará alguns anos de treinamento até que esteja suficientemente a vontade e bem alisado teoricamente para a função.

Um outro caminho é a contratação de um profissional especializado em Orientação Sexual, alguém que tenha o conhecimento e a habilidade suficientes para o trabalho. Com vantagem, o conhecimento do assunto e de como abordar este assunto com os jovens; como desvantagens apontam duas que parecem as principais: este profissional terá que leva algum tempo para se adaptar à política educacional da escola e ao seu ambiente físico e de conveniência. Além disso, esses profissionais não costumam cobrar barato, principalmente porque geralmente eles tem muitos anos de estudo e de trabalho.

Uma vez escolhido o profissional, a um outro problema também importante: quererão os alunos para os quais serão oferecidos o trabalho de Orientação Sexual na escola? Sobre esse assunto minha opinião é clara: somente após da Sexta série do primeiro grau os adolescentes podem aproveitar suficientemente bem do trabalho de Orientação sexual na escola. Antes disso, somente tem sido intervenções pontuais, rápidas e dirigidas aliviar algumas ansiedades que as crianças e os jovens possam está experimentando naquele momento.



Pois, escolhido o profissional, definida a faixa etária para quem será oferecido o trabalho, surge nova dificuldade: não se pode, em função da importância existente do tema, abordar de uma maneira regular sexualidade com alunos se eles tiverem uma autorização expressa e por escrito pelos pais ou responsáveis. Nesse ponto têm acontecido muitos problemas, geralmente motivados por uma falta de habilidade na abordagem dos pais e/ou por causa dos preconceitos que alguns pais têm com relação ao tema.

A sexualidade ainda é um tema de tabus em nossa cultura. Em algumas famílias a sexualidade é mais silêncio do que conversa, em outras devido a ideologia veiculada pela maioria da mídia e da propaganda ela é exageradamente explorada; muitas religiões têm normas gerais rígidas que admitem poucos questionamentos. Por outro lado, mas também como dificuldade inicial, ainda há aqueles pais (muitos felizmente) que são cômicos deste papel e que fazem questão de educar da melhor maneira seus filhos, tendo, por isso, consciência de que a sexualidade é assunto delicado e importante para o estabelecimento da identidade e ampliação da autonomia de seus filhos. Como a escola pode lidar com isso?

Antes de tudo, o trabalho de Orientação Sexual na escola deve começar pelos pais. O responsável pelas aulas de Orientação Sexual na escola tem que se dar a conhecer pelos pais, tem que mostrar o cabimento, a pertinência e os propósitos da Orientação Sexual na escola. Este profissional, além de ter que conhecer os pais e seu perfil ideológico, tem que se submeter a ser questionado à exaustão pelos pais e pelos alunos. E tem que ter a humildade de aceitar que alguns pais, ainda assim, não permitiram que seus filhos frequentem as aulas de orientação sexual na escola. Além de tudo isso, este profissional; tem que ter o aval explícito da direção da escola, pois a esta não basta avaliar e contratar o professor, mas é também necessário apoiá-lo em sua tarefa.

Geralmente, uma ou duas palestras com os pais são suficientes para demonstrar para a maioria deles o alto potencial educativo da orientação sexual da escola. Isso pode e deve ser complementado por uma sincera disponibilidade do profissional para atender pessoalmente os pais que assim o desejaram, quando o desejarem, mesmo depois de iniciado o trabalho com os jovens. Nestes contatos e nas palestras deve ficar muito claro que a escola não concorre com a família na educação sexual dos jovens, mas tem um papel complementar, como, de resto, é o



seu papel em todo o processo educacional - é em casa, através dos exemplos, dos afetos e do diálogo que verdadeiramente educamos nossos filhos.

Depois dos pais, também os outros professores da escola devem ter seu espaço de discussão sobre o tema assegurado. Dentre outros motivos, isso torna necessário porque, enquanto tema transversal, a sexualidade vai também ser abordada em outras matérias e é preciso uma coerência da escola quanto à forma de se lidar com o assunto em todas as aulas.

Uma vez aberto o caminho com os pais e com os professores, atrair os jovens para o trabalho não é tarefa difícil. No entanto, é importante lembrar que a presença nas aulas de Orientação Sexual na escola não pode ser obrigatória. Essa possibilidade de que o jovem escolha se quer ou não participar das aulas já traz, por si só, um efeito educativo e de ampliação da autonomia dos adolescentes (PINTO, 1997).

Dados esses passos, a escola resta apoiar criticamente seu professor. Aos pais, cabe aproveitar e tentar transformar a sexualidade de silêncio em assunto que possibilite uma maior intimidade com os filhos, cuidando sempre de lembrar que intimidade não é invasão e que os filhos têm direito a seus segredos. Para o professor de Orientação Sexual na escola fica a difícil tarefa de compreender que o trabalho com a sexualidade dos jovens exige a delicadeza de um poeta e a obstinação de um cientista. Diante dessas prerrogativas impostas pela LDB - propõe-se a síntese de um modelo de Orientação Sexual nas escolas.

Síntese de Modelo de Orientação Sexual nas Escolas

- a. Preparo e capacitação dos professores e funcionários sobre as questões de sexualidade, drogas e violência. Informações e oficinas para sensibilização do trabalho, pois são as pessoas que estão no dia a dia da escola e em contato direto com os alunos;
- b. Apresentação do projeto para os pais, com os parâmetros morais nítidos (não se condenar ou julgar, nem estimular isso ou aquilo, etc.);
- c. Oficinas com os alunos: o que eles querem e precisam discutir? Caixa com dúvidas anônimas, espaços para discussão com suporte de um psicólogo, espaço para mobilização de sentimentos relacionados às opiniões e atitudes diante da vida;
- d. Trabalho junto à direção e coordenação, para garantia do sigilo e da autonomia da equipe, definição dos objetivos e apoio logístico.



A presente proposta de trabalho de Orientação Sexual legítima o papel e delimita a atuação do educador, da escola, dos pais e dos educandos neste campo. E ao abordar a sexualidade humana neste horizonte de valores, somos tomados como, pessoas e educadores, da mais sacrossanta responsabilidade, e de poder contribuir com a emancipação pessoal e, no núcleo desta experiência, projetar aquilo que desejamos utopicamente para toda a humanidade, a saber, vivência plena da dignificação erótica do corpo e da originalidade de cada ser no mundo.

Segundo Nunes (2000), a orientação sexual só acontece quando assumida pela escola toda, como dimensão básica e fundamental do processo humano e educativo. Não há educação sexual voluntarista ou espontaneísta. Agora é necessário compreender que a orientação sexual não se resume a um conjunto de informações médicas-biológicas, nem terapêutico-descompressivas. O papel da orientação sexual é formar a pessoa inteira para uma vivência gratificante responsável de sua inalienável capacidade humana de desejar e ser desejado, amar e ser amado. Nessa perspectiva, através da proposta metodologia e dos fundamentos dos PCN por meio dos Temas Transversais, busca-se, nesse estudo atingir os seguintes objetivos:

O compromisso com a construção da cidadania que pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política. Nessa perspectiva é que estão incorporados os Temas Transversais relacionadas às questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual e do Trabalho e Consumo.

Ambos o bastante para traduzir preocupações da sociedade brasileira de hoje, os Temas Transversais correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana. O desafio que se apresenta para as escolas é o de abrir-se para o seu debate (MEYER, 1998).

Segundo os PCN (Temas Transversais), ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Englobam as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à



diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro.

Considerações Finais

Esta análise teórica buscou analisar uma proposta de implantação de um trabalho de Orientação Sexual, seguindo as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que trata deste tema dos Temas Transversais nas escolas.

A escola ainda constitui um microespaço de poder onde se fala em sexo, porém, valorizando-o como sagrado. Fala de sexo de maneira (re)velada. A educação escolar informa como se constitui anatomicamente o aparelho reprodutor masculino e feminino, suas funções biológicas e reprodutivas, fala sobre o uso de contraceptivos e prevenção de gravidez, sobre a prevenção das DST's e, atualmente, da AIDS. São questões que devem ser discutidas, mas não isoladamente. Devem ser associadas a uma análise global.

A sexualidade é uma questão da própria sociedade, uma questão de cidadania. Neste sentido, a orientação sexual escolar deve proporcionar uma reflexão voltada para as múltiplas formas de manifestações da sexualidade humana e o lugar que estas manifestações ocupam em nossa sociedade: o sexo, o desejo, o medo, o amor, o corpo biológico, o corpo social, o corpo cultural, a paixão, a sensibilidade, os papéis sociais/sexuais.

Referências

BRASIL/PCN/MEC. Ministério de Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (Vol I). Brasília: SEF, 1997.

BRASIL/MEC. Ministério de Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (Vol X). Brasília: SEF, 1997.

LIMA, H. **O Papel de cada um na orientação sexual e os diferentes modelos de trabalho**. Disponível: <http://www.boasaude.com.br/artigos-de-saude/3746/-1/o-papel-de-cada-um-na-orientacao-sexual-e-os-diferentes-modelos-de-trabalho.html>. Acesso: 12/12/2014.

MATARAZZO, M. H. **Educação sexual nas escolas: preparar para a vida familiar**. São Paulo: Paulinas, 1988.

MEYER, D. E. E. (Org.). **Saúde e sexualidade na escola**: Porto Alegre: Mediação, 1998.



NUNES, C. & SILVA, E. **A educação sexual da criança**: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas (SP): Autores Associados, 2000.

PINTO, H. A individualidade impedida: adolescência e sexualidade no espaço escolar. In: AQUINO, Júlio (Org.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo : Summus, 1997.

SUPLICY, M. **Conversando sobre sexo**. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.